



**Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais**

Diário da Justiça Militar Eletrônico

Nº 066/2026 ANO XVII

Divulgação: sexta-feira, 17 de abril de 2026

Publicação: quarta-feira, 22 de abril de 2026

Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Presidente

Desembargador Rúbio Paulino Coelho
Vice-Presidente

Desembargador James Ferreira Santos
Corregedor

Giovani Viana Mendes
Sec.Esp.Presidência

PRESIDÊNCIA

ATO(S) DO PRESIDENTE

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2025, celebrado entre o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e a COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.636.540/0001-04

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato original por 12 (doze) meses, a partir de 23/04/2026 e término em 22/04/2027. Manter o preço dos serviços continuados, de acordo com os preços vigentes do Anexo I – Condições Comerciais do Caderno de Serviços Prodemge, conforme o subitem 4.9.1 da Cláusula 4ª – Do Valor, do Pagamento e do Reajuste do contrato origina

Valor Total do Aditivo: R\$ 88.441,08 (oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oito centavos)

Dotação Orçamentária: “1051 02 061 734 4355 0001”, natureza econômica “339040”, item de despesa “03”, fonte de recursos “10”, procedência “1”.

Vigência: 23/04/2026 a 22/04/2027.

Assinatura: Belo Horizonte, 15 de Abril de 2026.

Deferindo, nos termos da Resolução TJMMG n. 252/2021, concessão de auxílio-creche à servidora Michelly Fernandes de Melo, Assessora Técnica I, JME 1280-3, a partir de 15/04/2026.

Designando, nos termos da Portaria n. 1.370/2021, a servidora Mariana Pinheiro Pontara, Oficial Judiciária, JME 0975-3, para exercer, em substituição, as funções do cargo de Gerente de Secretaria, código do grupo JM-CH-01, código do cargo GS-L5, no período de 22/04/2026 a 06/05/2026.

PORTARIA N. 1.795, DE 16 DE ABRIL DE 2026*

Atualiza a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO a Resolução n. 401, de 16 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe “sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão”;

CONSIDERANDO a Resolução n. 292, de 11 de outubro de 2023, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais,

CONSIDERANDO a importância do trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Militar de Minas Gerais e a necessidade de atualizar a sua composição,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão será composta pelos seguintes membros:
I - Juíza Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues, que presidirá os trabalhos;

II - Ângela Yukari Murakam, da área de gestão de pessoas e da área de acessibilidade e inclusão, cargo: oficial judiciária, lotação: Recursos Humanos;

III - Graziella Valeska Linhares de Lima Grossi, da área de engenharia ou arquitetura, cargo: colaboradora terceirizada, lotação: Diretoria Administrativa;
IV - Joana Emília Rosa Meira Coelho, da área de sustentabilidade, cargo: assistente judiciária, lotação: Licitações Contratos e Compras;
V - Thiago Augusto Duarte Pereira, da área de gestão estratégica, cargo: assistente judiciário, lotação: Corregedoria;
VI - Sandra de Assis Pinheiro, da área de tecnologia e informação, cargo: analista judiciária, lotação: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
VII - Leonardo Henrique Vaz de Melo, da área de gestão documental, cargo: coordenador de área;
VIII - Ana Paula Araújo Rezende, da área de comunicação, cargo: gerente, lotação: Assessoria de Comunicação Institucional;
IX - Cláudia Mendes França, da área de gestão estratégica, cargo: colaboradora terceirizada, lotação: Escritório Corporativo de Projetos, Inovação e Gestão Estratégica.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n. 1.525, de 11 de maio de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(a) Desembargador **OSMAR DUARTE MARCELINO**
Presidente

(*) **Republicada** por ter saído com incorreção no DJMe disponibilizado em 16/04/2026.

PORTARIA N. 1.796, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Altera e acresce dispositivo à Portaria n. 1.770, de 6 de fevereiro de 2026.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º da Portaria n. 1.770, de 6 de fevereiro de 2026, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

I - Desembargador Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, que a presidirá;

I-A - Juiz Bruno Cortez Torres Castelo Branco;

.....”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(a) Desembargador **OSMAR DUARTE MARCELINO**
Presidente

PORTARIA N. 1.797, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Altera e acresce dispositivo à Portaria n. 861, de 29 de janeiro de 2016.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 2º da Portaria n. 861, de 29 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

III - Leonardo Henrique Vaz de Melo, JME-0371-9;

.....”

IX - Ivani de Oliveira Nascimento Antunes, JME-1139-4.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(a) Desembargador **OSMAR DUARTE MARCELINO**
Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

ATO(S) DO SECRETÁRIO

Deferindo licença-saúde, nos termos do art. 33 da Portaria TJMMG n. 908/2016, aos servidores:
- Bruno César Ferreira, Analista Judiciário, JME 0540-8, 02 (dois) dias, a partir de 09/04/2026 e 01 (um) dia, em 13/04/2026;
- Heloísa Cota Araújo Silva, Oficial Judiciária, JME 0351-4, 02 (dois) dias, a partir de 08/04/2026;
- Viktória Portilho Oliveira Magalhães, Oficial Judiciária, JME 0979-5, 01 (um) dia, a partir de 10/04/2026;
- Weslei Batista da Silva, Oficial Judiciário, JME 0380-8, 01 (um) dia, em 10/04/2026.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PLENO

CONVOCAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Osmar Duarte Marcelino, convoco os Exmos. Senhores Desembargadores para sessão administrativa presencial, a realizar-se no dia **22 de abril de 2026 (quarta-feira), às 14h.**

Pauta:

- Encaminhamentos acerca da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 14/2026.

(a) Cecília Tereza Gomes Costa dos Santos
Diretora Administrativa

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PRIMEIRA CÂMARA
PARA CIÊNCIA DAS PARTES**

MATÉRIA CRIMINAL

HABEAS CORPUS

Processo n. 2000051-48.2026.9.13.0000

Referência: Processo n. 2000057-86.2025.9.13.0001

Relator: Desembargador Rúbio Paulino Coelho

Impetrante/Paciente: Cleines Pinto de Oliveira

Coatores apontados: Juiz Titular da 1ª AJME

Juiz Titular da 4ª AJME

Súmula da decisão: não concedida a medida liminar.